

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2012**

Senhores Acionistas, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e relatório dos auditores independentes, acompanhadas das respectivas notas explicativas. Os principais destaques relacionados com as operações da Companhia estão evidenciados nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Rio de Janeiro, 2013.

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO** (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	2012		2011	
		2012	2011	2012	2011
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	45.475	18.317		
Contas a receber de clientes	6	129.534	161.068		
Estoques	7	161.329	152.817		
Tributos a recuperar	9	88.412	78.660		
Despesas pagas antecipadamente		1.789	8.403		
Demais contas a receber		8.616	22.720		
		<b>435.155</b>	<b>441.985</b>		
<b>Não circulante</b>					
Tributos a recuperar	9	56.331	95.646		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.2	149.744	215.295		
Depósitos judiciais		713	1.295		
Créditos com empresas ligadas	8	667.624	97.136		
Indenizações securitárias		1.606	6.297		
Imobilizado	10	1.871.724	1.973.908		
Intangível	11	109.422	114.007		
		<b>2.857.164</b>	<b>2.503.584</b>		
<b>Total do ativo</b>		<b>3.292.319</b>	<b>2.945.569</b>		
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras					
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores			280.690	135.020	
Financiamentos	12		20.615	2.818	
Salários e encargos sociais			20.062	11.965	
Tributos a recolher	14		14.775	59.396	
Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio	18.3		101.830	8.330	
Demais contas a pagar			27.188	18.579	
			<b>465.160</b>	<b>236.108</b>	
<b>Não circulante</b>					
Financiamentos	12		194.407	201.364	
Tributos a recolher	14			4	
Adiantamento para futuro aumento de capital	8			738.799	
Demais contas a pagar			413	1.719	
			<b>194.820</b>	<b>941.886</b>	
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	18.1		2.792.714	2.053.915	
Prejuízos acumulados			(160.375)	(286.340)	
			<b>2.632.339</b>	<b>1.767.575</b>	
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>			<b>3.292.319</b>	<b>2.945.569</b>	

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO** (Valores expressos em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2010	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Resultado abrangente do exercício:				
Lucro líquido do exercício			66.419	66.419
Contribuições de acionistas:				
Aumento de capital	18.1	14.109		14.109
		14.109		14.109
		<b>2.053.915</b>	<b>(286.340)</b>	<b>1.767.575</b>
			235.965	235.965
			235.965	235.965
Contribuições de acionistas:				
Aumento de capital	18.1	738.799		738.799
Juros sobre capital próprio	18.2		(110.000)	(110.000)
		738.799	(110.000)	628.799
		<b>2.792.714</b>	<b>(160.375)</b>	<b>2.632.339</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012** (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional**

A Rio Polímeros S.A. ("Riopol" ou "Companhia") tem como objeto a produção e comercialização de resinas termoplásticas. Possui uma capacidade de produção de 540 mil toneladas anuais de polietileno ("PE"), a partir de fração do gás natural produzido na Bacia de Campos, localizada no estado do Rio de Janeiro. Adicionalmente, a Companhia produz e comercializa produtos petroquímicos e combustíveis. Sua sede localiza-se na cidade do Rio de Janeiro - RJ e sua unidade industrial no Complexo Gás Químico em Duque de Caxias - RJ. A Companhia é uma controlada direta da Braskem S.A. ("Braskem"), que detém, em 31 de dezembro de 2012, 100% de participação no seu capital social. O capital circulante líquido da Companhia é negativo em R\$ 30.005. Porém, como a Companhia possui conta corrente com a controladora no montante de R\$ 651.422, e a gestão do capital conta com mecanismos para movimentar recursos entre as empresas de forma eficiente, sem prejudicar o atendimento dos compromissos, qualquer análise que tenha por base o capital circulante da Riopol não refletirá a real liquidez da mesma. • **Evento societário:** Em 30 de abril de 2012, o capital social da Companhia foi aumentado em R\$ 738.799 (Nota 18.1), sem a emissão de novas ações, conforme deliberado assembleia de acionistas. Para essa capitalização foi utilizado saldo de adiantamentos para futuro aumento de capital.

**2. Sumário das principais práticas contábeis**

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. **2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas, quando requerido, para refletir o valor justo de ativos e passivos financeiros. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior grau de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 3. A Companhia não está apresentando a demonstração do resultado abrangente por não possuir nenhuma movimentação, além do próprio resultado do exercício, que seja passível de inclusão desta demonstração. A autorização da diretoria para emissão dessas demonstrações financeiras ocorreu no dia 12 de março de 2013. **2.2 Conversão de moeda estrangeira:** A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real, definida de acordo com o CPC 02 (R2). As transações e os saldos em moedas estrangeiras são convertidos para a moeda funcional utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou do encerramento do exercício, conforme aplicável. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. As variações cambiais sobre ativos e passivos financeiros são classificadas como "receitas financeiras" e "despesas financeiras", respectivamente. **2.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de alta liquidez e com capacidade de resgate em prazo inferior a três meses. Esses ativos são convertíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **2.4 Ativos financeiros:** **2.4.1 Classificação:** Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, nas categorias abaixo relacionadas. Essa classificação depende da finalidade para a qual os mesmos foram adquiridos. (a) Ativos financeiros mantidos para negociação - são classificados nessa categoria com o objetivo de serem negociados ativa e frequentemente. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. (b) Empréstimos e recebíveis - são ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis e não cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses contados da data de emissão do balanço, que são classificados como ativos não circulantes. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os saldos de conta corrente com empresas ligadas (Nota 8.1), contas a receber de clientes (Nota 6), demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa (Nota 5). **2.4.2 Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, geralmente quando a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros mantidos para negociação são, permanentemente, contabilizados pelo valor justo. Os ganhos ou as perdas decorrentes das variações no valor justo desses ativos financeiros são apropriados no "resultado financeiro" do período em que ocorrem. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Tais ativos são avaliados pelo seu valor justo, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida do "resultado financeiro". Os ativos financeiros são baixados quando os correspondentes diretos de receber fluxos de caixa tenham sido recebidos ou transferidos e, neste caso, desde que a Companhia tenha transferido, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade dos respectivos ativos. Os eventuais gastos para a aquisição ou alienação dos ativos financeiros mantidos para negociação são debitados à demonstração do resultado. Para os demais ativos financeiros, esses gastos, quando materiais, são acrescidos ao respectivo valor justo. **2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido reportado no balanço patrimonial quando há o direito legal para tanto e há a intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4.4 Impairment de ativos financeiros:** A Companhia avalia permanentemente se há evidência objetiva de que um ativo financeiro, classificado como empréstimos e recebíveis ou mantido até o vencimento, está deteriorado. Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de perda por impairment incluem: (a) dificuldade financeira significativa do emiteuente ou devedor; (b) quebra de contrato, tal como o descumprimento ou atraso nos pagamentos de juros ou de capital por parte do emiteuente ou devedor; (c) alta probabilidade de que o devedor entre em processo de falência, concordata ou reorganização financeira; ou (d) desaparecimento de um mercado ativo para um ativo financeiro do emiteuente devido a dificuldades financeiras. As perdas são registradas quando há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e se o evento de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros que pode ser confiavelmente mensurado. A quantia da perda é determinada pela diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros descontados pela taxa de juros provável original do ativo. Essa metodologia não se aplica para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A metodologia utilizada pela Companhia para o reconhecimento de provisão para créditos de liquidação duvidosa baseia-se no histórico de perdas e contempla a somatória de: (i) 100% do montante dos títulos vencidos há mais de 180 dias; (ii) 50% do montante dos títulos vencidos há mais de 90 dias; (iii) 100% do montante dos títulos em cobrança judicial; (iv) todos os títulos derivados da primeira renegociação e com prazo de recebimento superior a 24 meses; e (v) 100% do montante dos títulos derivados de uma segunda renegociação com os clientes. Os títulos a receber de empresas ligadas não são considerados neste cálculo. **2.5 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e são deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. O prazo de faturamento da Companhia é, em grande parte, de 30 dias, razão pela qual o valor dos títulos a receber corresponde ao seu valor justo na data da venda (Nota 6). **2.6 Estoques:** Os estoques são demonstrados pelo custo médio das compras ou de produção ou pelo preço estimado de venda menos os tributos incidentes, e utiliza o menor. A Companhia custeia sua produção pelo método de absorção e distribui o custo médio ponderado para valorizar seus estoques. As importações em anda-

mento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação (Nota 7). **2.7 Ativo imobilizado:** O imobilizado é demonstrado pelo custo, líquido da depreciação acumulada e da provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange o preço de aquisição, os encargos financeiros incorridos em financiamentos durante a fase de construção (Nota 10) e todos os demais custos (frete, impostos não recuperáveis, etc.) diretamente relacionados à colocação do ativo em condições de uso. Os bens destinados à manutenção das atividades da Companhia, decorrentes de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados inicialmente pelo valor justo, ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do contrato e são depreciados linearmente pelo prazo do contrato ou pela vida útil do ativo quando inferior ao prazo do contrato. Os encargos financeiros são capitalizados sobre o saldo dos projetos em andamento utilizando: (i) a taxa média de captação de todos os financiamentos; e (ii) a parte da variação cambial que corresponder à eventual diferença positiva entre a taxa média dos financiamentos no mercado interno e a taxa referida no item (i), acima. As máquinas, equipamentos e instalações da Companhia requerem inspeções, substituições de componentes e outras manutenções em intervalos regulares. A Companhia realiza paradas programadas em intervalos regulares de dois a seis anos para realizar essas atividades. Estas paradas podem envolver a planta como um todo, parte dela, ou mesmo equipamentos relevantes, tais como caldeiras industriais, turbinas e tanques. Paradas que ocorrem a cada seis anos, por exemplo, são geralmente realizadas para a manutenção de plantas industriais como um todo. Os gastos com materiais e serviços de terceiros diretamente atribuíveis a essas paradas são capitalizados quando: (i) for provável que tais gastos irão gerar benefícios econômicos futuros que fluirão para a Companhia; e (ii) esses gastos possam ser mensurados de forma confiável. Os gastos de cada parada programada são agregados aos itens do ativo imobilizado objetos da parada e são totalmente depreciados até o início da parada seguinte. Os gastos com mão de obra própria, o consumo dos pequenos materiais de manutenção e os correspondentes serviços de terceiros são registrados, quando incorridos, como custo de produção. Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear. As taxas médias de depreciação e exaustão utilizadas, determinadas com base na vida útil dos bens, estão apresentadas na (Nota 3.2). Terrenos possuem vida útil indefinida, razão pela qual não são depreciados. Projetos em andamento não são depreciados. A depreciação se inicia quando os bens estão disponíveis para uso. A vida útil é revisada anualmente pela Companhia. A Companhia não atribui valor residual aos bens devido à sua imaterialidade. **2.8 Ativo intangível:** Os grupos de contas que compõe o ativo intangível são os seguintes: **2.8.1 Marcas e patentes:** As tecnologias adquiridas de terceiros são registradas pelo custo de aquisição e/ou pelo valor justo e demais custos diretamente atribuíveis, menos a amortização acumulada e a provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. As tecnologias com vida útil definida são amortizadas pelo método linear com base na vida útil estimada. Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são contabilizados no resultado, quando incorridos. **2.8.2 Softwares:** Os softwares são registrados pelo custo, líquido da amortização acumulada e a da provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange o preço de aquisição e/ou os gastos com desenvolvimento interno e todos os demais custos diretamente relacionados para colocar o software em condições de uso. Todos softwares contabilizados têm vida útil definida estimada entre 3 a 5 anos e são amortizados pelo método linear com base nessa vida útil. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos no resultado, quando incorridos. **2.9 Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros:** Os ativos com vida útil definida são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, representado pelo maior valor entre: (i) o valor justo do ativo menos seus custos de venda; e (ii) o seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado. O valor em uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros (Nota 3.4). **2.10 Contas a pagar a fornecedores:** As contas a pagar a fornecedores são obrigações decorrentes da aquisição de bens ou serviços no curso normal dos negócios e são registradas pelo valor faturado. Quando aplicável, são registradas a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A Companhia calcula o ajuste a valor presente ("AVP") para as operações que tenham impacto relevante nas demonstrações financeiras. **2.11 Financiamentos:** Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos na estruturação da operação, quando aplicável. Subsequentemente, são apresentados acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido. **2.12 Provisões:** Provisões são reconhecidas no balanço quando: (i) a Companhia possui obrigação legal, contratual ou constituída como resultado de um evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos financeiros seja requerida para saldar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado em base confiável. As provisões para contingências tributárias, trabalhistas e outras são constituídas com base na expectativa da Administração de perda provável nos respectivos processos, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos da Companhia. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido no "resultado financeiro". **2.13 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** O imposto de renda ("IR") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSL") registrados no exercício são apurados em bases corrente e diferida. Esses tributos diferidos são calculados a partir das diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. As alíquotas aplicáveis do IR e da CSL da Companhia são de 25% e 9%, respectivamente. O reconhecimento de impostos diferidos ativos ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos-futuros que possibilitam a sua utilização. Periodicamente, os valores contabilizados e as projeções são revisados. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia na apuração de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. **2.14 Benefícios pós-emprego:** A Companhia é patrocinadora de plano de contribuição definida. Nesse plano a Companhia paga contribuições a plano de pensão de administração privada em bases contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. **2.15 Ativos e passivos contingentes e depósitos judiciais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e depósitos judiciais são efetuados de acordo com o CPC 25, da seguinte forma: (i) ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos, julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. (ii) passivos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos, julgar que a probabilidade de perda é provável. Dentre as contingências não reconhecidas, a Companhia divulga os principais processos avaliados como de perda possível (Nota 17). (iii) depósitos judiciais - são mantidos no ativo não circulante sem a dedução das correspondentes provisões para contingências ou obrigações legais, a menos que tal depósito seja legalmente compensável contra o passivo e a Companhia pretenda compensar tais valores. **2.16 Arrendamentos mercantis:** Os contratos em que a Companhia detém, substancialmente, os riscos e

acompanhadas das respectivas notas explicativas. Os principais destaques

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO** (Valores expressos em milhares de reais, exceto o resultado por ação)

	Nota	2012		2011	
		2012	2011	2012	2011
<b>Receita líquida de vendas</b>	20	<b>1.952.030</b>	<b>1.508.617</b>		
Custo dos produtos vendidos		(1.448.165)	(1.274.885)		
<b>Lucro bruto</b>		<b>503.865</b>	<b>233.732</b>		
<b>Receitas (despesas)</b>					
Com vendas		(104.210)	(84.073)		
Gerais e administrativas		(32.684)	(50.377)		
Outras despesas operacionais, líquidas		(15.830)	(4.392)		
<b>Lucro operacional</b>		<b>351.141</b>	<b>94.890</b>		
<b>Resultado financeiro</b>	21				
Despesas financeiras		(53.976)	(28.890)		
Receitas financeiras		4.718	10.167		
		<b>(49.258)</b>	<b>(18.723)</b>		
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>301.883</b>	<b>76.167</b>		
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	15.1	(65.918)	(9.740)		
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>235.965</b>	<b>66.419</b>		
Média ponderada de ações no exercício (em milhares)	19	1.271.898	1.271.898		
Lucro básico e diluído por ação - ON		0,1855	0,0522		
Lucro básico e diluído por ação - PN		0,1855	0,0522		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO** (Valores expressos em milhares de reais)

	2012	2011
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	301.883	76.167
Ajustes para reconciliação do lucro líquido		
Depreciação e amortização	142.825	133.964
Baixas de ativo imobilizado	376	33
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	12.575	17.290
	<b>457.659</b>	<b>227.454</b>
Varição do capital circulante operacional		
Contas a receber de clientes	31.534	142.037
Estoques	(3.815)	30.019
Tributos a recuperar	31.291	3.269
Despesas antecipadas	6.613	(7.152)
Demais contas a receber	3.175	(15.032)
Fornecedores	145.669	(90.693)
Tributos a recolher	(44.625)	(7.850)
Demais contas a pagar	15.400	(1.017)
<b>Caixa gerado pelas operações</b>	<b>642.901</b>	<b>281.035</b>
Juros pagos sobre financiamentos	(12.451)	(11.787)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.094)	
<b>Geração de caixa pelas atividades operacionais</b>	<b>628.356</b>	<b>269.248</b>
Adições ao imobilizado	(41.129)	(144.440)
<b>Aplicação de caixa em investimentos</b>	<b>(41.129)</b>	<b>(144.440)</b>
Divida de curto e longo prazo		
Captações	10.717	41.828
Pagamentos		(28.661)
Partes relacionadas - movimentações correntes líquidas	(554.286)	(166.189)
Juros sobre o capital próprio	(16.500)	
<b>Aplicação de caixa em financiamentos</b>	<b>(560.069)</b>	<b>(153.022)</b>
<b>Geração (aplicação) de caixa e equivalentes</b>	<b>27.158</b>	<b>(28.214)</b>
Representado por		
Caixa e equivalentes no início do exercício	18.317	46.531
Caixa e equivalentes no final do exercício	45.475	18.317
<b>Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes</b>	<b>27.158</b>	<b>(28.214)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

benefícios da propriedade dos bens são classificados como arrendamento financeiro e reconhecidos no passivo como "demais contas a pagar", em contrapartida do ativo imobilizado pelo valor presente dos pagamentos contratuais futuros. **2.17 Reconhecimento da receita de vendas:** As receitas com vendas representam o valor justo do montante recebido ou a receber pela venda de produtos e serviços durante o curso normal das atividades da Companhia. As receitas são apresentadas líquidas de tributos, devoluções e bonificações de clientes. As receitas provenientes de vendas de produtos são reconhecidas quando: (i) o montante das vendas puder ser mensurado de forma confiável e a Companhia não mantiver controle sobre os produtos vendidos; (ii) for provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia; e (iii) todos os títulos legais, riscos e benefícios da propriedade dos produtos forem integralmente transferidos para o cliente. A Companhia não realiza vendas com envolvimento gerencial continuado. As vendas da Riopol são, em sua maioria, para clientes industriais e, em menor volume, para revendedores. O momento em que o direito legal, assim como os riscos e benefícios, são substancialmente transferidos para o cliente é determinado da seguinte forma: (i) para contratos em que a Companhia é responsável pelo frete e seguro, o direito legal, bem como os riscos e benefícios, são transferidos ao cliente no momento em que a mercadoria é entregue no destino combinado contratualmente; (ii) para contratos em que o frete e o seguro são de responsabilidade do cliente, os riscos e benefícios são transferidos no momento em que os produtos são entregues à transportadora do cliente; e (iii) para os contratos cuja entrega do produto envolve o uso de tubovias, especialmente os insumos básicos, os riscos e benefícios são transferidos imediatamente após os medidores oficiais da Companhia, que é o ponto de entrega dos produtos e transferência de sua propriedade. Os fretes de vendas, de remessas para armazenagem e de transferências de produtos são incluídos no custo dos produtos vendidos. **2.18 Normas, alterações e interpretações de normas que estarão em vigor em 2013:** Normas, alterações e interpretações de normas existentes que estarão em vigor em 2013 e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia: Em 20 de dezembro de 2012, a CVM divulgou a Deliberação 699 que aprova a CPC 46 "Mensuração do valor justo" que incorporou as mudanças pelo IFRS 13 - "Mensuração de valor justo". O objetivo da norma é aprimorar a consistência e reduzir a subjetividade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS. A Companhia efetuou a análise dessa norma e concluiu que ela não trará impactos às suas demonstrações financeiras. Esta norma aplica-se aos exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2013. **2.19 Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor:** Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia: IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outro resultado abrangente e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A norma será aplicável a partir de 1 de janeiro de 2015. Esta norma ainda não foi editada pelo CPC. IAS 32 - "Instrumentos Financeiros: Apresentação", traz esclarecimentos adicionais à orientação de aplicação contida no IAS 32 sobre as exigências para compensar ativos financeiros e passivos financeiros no balanço patrimonial. A norma será aplicável a partir de 1 de janeiro de 2014. Esta norma ainda não foi editada pelo CPC. IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras" - a principal modificação foi a exigência de que as entidades agrupem os itens apresentados em outros resultados abrangentes com base na possibilidade de serem ou não potencialmente reclassificáveis para o resultado subsequentemente (ajustes de reclassificação). Essas alterações, contudo, não estabelecem quais itens devem ser apresentados em outros resultados abrangentes. A norma será aplicável a partir de 1 de julho de 2013. Esta norma ainda não foi editada pelo CPC. **3. Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas**</

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

zados. Anualmente, a Companhia revisa a projeção de lucros tributáveis. Se essa projeção indicar que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver o tributo diferido, é feita a baixa correspondente à parcela do ativo que não será recuperada. **3.2 Vida útil de ativos:** A Companhia reconhece a depreciação e a exaustão de seus ativos de longa duração com base na estimativa da vida útil dos bens definida por peritos independentes e referendada pelos técnicos da Companhia, considerando a experiência desses profissionais na gestão das plantas da Riopol. As vidas úteis estabelecidas inicialmente pelos peritos independentes são revistas ao final de cada exercício pelos técnicos da Companhia para verificar a necessidade de alteração das mesmas. Em dezembro de 2012, essa análise concluiu pela manutenção, em 2013, das vidas úteis aplicadas em 2011 e 2012. Os principais fatores que são levados em conta na definição da vida útil dos bens que compõem as plantas industriais da Companhia são as informações dos fabricantes das máquinas e equipamentos, o volume de operação das plantas, a qualidade da manutenção preventiva e corretiva e as perspectivas de obsolescência tecnológica dos bens. A Administração da Companhia também decidiu que: (i) a depreciação deve cobrir o valor total dos bens tendo em vista que os equipamentos e instalações, quando retirados de operação, são vendidos por valores ímateriais; e (ii) os terrenos não são depreciados porque apresentam vida útil indefinida. As vidas úteis aplicadas aos bens determinaram as seguintes taxas médias de depreciação:

	Percentual (%)	
	2012	2011
Edifícios e benfeitorias	2,47	2,50
Máquinas, equipamentos e instalações	5,88	5,62
Móveis e utensílios	9,95	9,95
Equipamentos de informática	19,84	20,27
Equipamentos de laboratórios	10,00	10,00
Veículos	12,42	12,42
Outros	9,94	9,94

3.3 **Provisões e passivos contingentes:** Os passivos contingentes e as provisões existentes na Companhia estão ligados, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas e tributários. A Administração da Riopol, apoiada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma: Perda provável - são processos onde existe maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia mantém provisão contábil que é apurada da seguinte forma: (i) processos trabalhistas - o valor provisionado corresponde ao valor de desembolso estimado pelos assessores jurídicos da Companhia; e (ii) demais processos - o valor provisionado corresponde ao valor da causa. Perda possível - são processos onde a possibilidade de perda é maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Em termos percentuais, a probabilidade de perda se situa entre 25% e 50%. Para esses processos a Companhia não faz provisão, apenas divulga as principais informações em nota explicativa. Perda remota - são processos onde o risco de perda é pequeno. Em termos percentuais, essa probabilidade é inferior a 25%. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido. **3.4 Teste de recuperabilidade de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida:** Na data de cada demonstração financeira, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos tangíveis de longa duração e dos intangíveis com vida útil definida não será recuperável. Essa análise leva em conta, dentre outras, as seguintes variáveis relevantes para elaboração do Plano de Negócios, mencionado na (Nota 3.1): (i) evolução do Produto Interno Bruto Industrial; (ii) preço do gás natural nafta; (iii) evolução do Produto Interno Bruto do Brasil; (iv) inflação; e (v) taxas de câmbio. São utilizados cenários projetados por consultores especializados para estimar essas variáveis. Quando é detectada alguma indicação de que o valor desses ativos possa não ser recuperado, a Companhia faz o confronto do valor desses ativos com o respectivo valor em uso. Para esse teste, a Companhia utiliza fluxo de caixa elaborado a partir do Plano de Negócios. Em 2012, não foram identificados indícios de não recuperabilidade de ativos tangíveis e intangíveis, com vida útil definida.

**4. Gerenciamento de riscos**  
A Companhia está exposta a riscos de crédito das suas contrapartes em equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. **4.1 Risco de mercado: Exposição a riscos de crédito:** As operações que sujeitam a Riopol à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras e contas a receber de clientes, para as quais a Riopol fica exposta ao risco da instituição financeira ou do cliente envolvido. Visando gerenciar este risco, a Riopol mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de grande porte, ponderando as concentrações de acordo com o *rating* e os preços observados diariamente no mercado de *Credit Default Swaps* referenciados às instituições, bem como celebrando contratos de compensação (*netting*) que minimizam o risco de crédito total decorrente das diversas operações financeiras celebradas entre as partes.  
Com relação ao risco de crédito de clientes, a Companhia tem como mecanismos de proteção a análise rigorosa para a concessão do crédito e a obtenção de garantias reais e não reais quando julgadas necessárias. A exposição máxima ao risco de crédito dos instrumentos financeiros não derivativos na data de apresentação das demonstrações financeiras é o seu valor contábil deduzido de quaisquer perdas de valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de contas a receber de clientes encontra-se líquido de provisão para crédito de liquidação duvidosa no montante de R\$ 12.621 (2011 - R\$ 3.928). **4.2 Risco de liquidez:** A Companhia possui uma metodologia de cálculo para determinação de um caixa operacional que têm o objetivo de garantir liquidez para o cumprimento das obrigações de curto prazo, definidas com base na previsão dos desembolsos operacionais do próximo mês. Esses montantes são calculados com base nas projeções de desembolso de caixa operacional, no pagamento de dívidas de curto prazo.

**5. Caixa e equivalentes de caixa**  
Caixa e bancos 11.377 7.086  
Aplicações financeiras: no Brasil 1.410 160  
no exterior 32.688 11.071  
**Total** 45.475 18.317  
As aplicações financeiras correspondem basicamente à fundos de aplicação de curto prazo, os quais apresentam resgate imediato.

**6. Contas a receber de clientes**  
Clientes no Brasil 102.881 93.607  
no exterior 39.274 71.389  
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (12.621) (3.928)  
**Total** 129.534 161.068  
No ativo circulante 129.534 161.068  
**Total** 129.534 161.068  
A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	2012	2011
Títulos a vencer	134.594	88.658
Títulos vencidos:		
Até 90 dias	1.520	51.073
De 91 a 180 dias	40	14.998
A partir de 180 dias	6.001	10.267
	142.155	164.996
	(12.621)	(3.928)
<b>Total</b>	<b>129.534</b>	<b>161.068</b>

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (12.621) (3.928)  
**Total da carteira de clientes** 129.534 161.068  
A movimentação do saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	2012	2011
Saldo da provisão no início do exercício	(3.928)	(4.404)
(Provisões) reversões do exercício	(8.693)	15
Baixa de títulos considerados incobráveis		461
Saldo da provisão no final do exercício	<b>(12.621)</b>	<b>(3.928)</b>

**7. Estoques**  
Produtos acabados 89.585 82.994  
Matérias-primas, insumos de produção e embalagens 49.578 42.848  
Materiais de manutenção 15.144 19.285  
Importações em andamento e outros 7.022 7.690  
**Total** 161.329 152.817

**8. Partes relacionadas**  
A Companhia realiza transações com partes relacionadas durante o curso normal de suas operações e atividades e considera que todas as condições estipuladas nos contratos pactuados atendem aos seus interesses e é objetivo permanente da Administração da Riopol assegurar que tais contratos apresentem termos e condições tão favoráveis à Companhia como os que poderia celebrar com quaisquer outros terceiros.

**8.1 Saldos patrimoniais**

	Em 31 de dezembro de 2012			
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
			Dividendos e juros sobre o capital próprio	
	Contas a receber de clientes e notas de débito	Créditos com empresas ligadas Contas correntes	Demais contas a receber	Fornecedores e notas de crédito
Braskem	954	651.422 (i)	5.066	93.500
Braskem Argentina S.A. ("Braskem Argentina")	12.676			
Braskem Incorporated Limited ("Braskem Inc")			5.583	
Braskem Netherlands B.V. ("Braskem Holanda")	2.321			
Braskem Petroquímica S.A. ("Braskem Petroquímica")	11.780		72	2.777
Braskem Qpar S.A. ("Braskem Qpar")	4.157		13.795	2.777
Petrobras	562		16.205	86.411
<b>Total</b>	<b>32.450</b>	<b>651.422</b>	<b>16.205</b>	<b>110.927</b>

(i) Trata-se de conta corrente com a controladora que pode ser executado a qualquer momento, porém por não possuir vencimento, a Companhia classifica como não circulante.

**8.2 Transações no resultado**

	Transações no resultado de janeiro a dezembro de			
	2012		2011	
	Vendas (compras)	Receitas (despesas) financeiras	Vendas (compras)	Receitas (despesas) financeiras
Braskem	(53.637)		89.320	(1.020)
Braskem Argentina	27.059		731	15.433
Braskem Holanda	12.570		(298)	26.577
Braskem Inc	(5.611)		(62)	836
Braskem Petroquímica	156.365			113.924
Braskem Petroquímica Chile Ltda.	485		33	(48)
Braskem Qpar	(86.197)			(55.445)
Construtora Norberto Odebrecht	(30)			(15)
IQ Soluções & Química S.A.	(37)			(15)
RPR	687			1.631
Petrobras	(737.789)			(764.354)
Petrobras Comercializadora de Energia Ltda.				(51.241)
Petrobras Distribuidora S.A.				(52)
<b>Total</b>	<b>(686.135)</b>	<b>404</b>	<b>(624.222)</b>	<b>835</b>

**8.3 Compromissos:** A Companhia possui contrato de aquisição de etano e propano com a Petrobras de 392,5 mil toneladas/ano de etano e 392,5 mil toneladas/ano de propano e de 306,6 GWh/ano de fornecimento de energia elétrica. **8.4 Pessoal-chave da administração:** O pessoal-chave da administração da Companhia é composto por membros da administração da sua controladora, e é representado por conselheiros e diretores, para os quais não é atribuída remuneração adicional pela função exercida na Riopol. A remuneração paga pela Companhia a esses membros, no exercício de 2011, totalizou R\$ 2.497. Em 2012, levando em consideração as atribuições originais dos membros da administração da Companhia, os gastos relacionados com a remuneração do pessoal-chave da administração da Riopol foram integralmente pagos pela controladora.

**9. Tributos a recuperar**

	2012	2011
ICMS	(a) 86.969	127.319
PIS e COFINS	13.789	10.697
IR e CSL	(b) 37.920	33.232
Outros	6.065	3.058
<b>Total</b>	<b>144.743</b>	<b>174.306</b>
No ativo circulante	88.412	78.660
No ativo não circulante	56.331	95.646
<b>Total</b>	<b>144.743</b>	<b>174.306</b>

(a) ICMS: Em 31 de dezembro de 2012, essa rubrica inclui: (i) créditos sobre aquisição de ativo imobilizado no montante de R\$ 45.182; e (ii) créditos sobre operações normais no montante de R\$ 41.787. (b) Imposto de renda e contribuição social: O saldo dessa rubrica inclui antecipações de imposto de renda e contribuição social do exercício de 2012, no montante de R\$ 32.123 (2011 - R\$ 18.720).

**10. Imobilizado**

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Projetos e paradas em andamento	Outros	Total
Custo	7.922	129.855	2.245.591	156.369	10.876	2.550.613
Depreciação acumulada		(26.023)	(543.454)		(7.228)	(576.705)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>7.922</b>	<b>103.832</b>	<b>1.702.137</b>	<b>156.369</b>	<b>3.648</b>	<b>1.973.908</b>
Aquisições			14.205	21.671		35.876
Encargos financeiros capitalizados				5.253		5.253
Transferências			26.213	(26.898)	186	(499)
Baixas, líquidas de depreciação			(85)			(85)
Depreciação		(3.018)	(138.592)		(1.119)	(142.729)
Saldo contábil	7.922	100.814	1.603.878	156.395	2.715	1.871.724
Custo	7.922	129.855	2.285.874	156.395	11.062	2.591.108
Depreciação acumulada		(29.041)	(681.996)		(8.347)	(719.384)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>7.922</b>	<b>100.814</b>	<b>1.603.878</b>	<b>156.395</b>	<b>2.715</b>	<b>1.871.724</b>

Os projetos em andamento correspondem, principalmente, às melhorias operacionais para aumento da vida útil-econômica das máquinas e equipamentos e projetos nas áreas de saúde, segurança e meio ambiente.

**11. Intangível**

	Marcas e patentes	Software e direitos de uso	Total
Custo	88.178	57.781	145.959
Amortização acumulada	(16.655)	(15.297)	(31.952)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>71.523</b>	<b>42.484</b>	<b>114.007</b>
Transferências do imobilizado		499	499
Baixas		(292)	(292)
Amortização do exercício	(2.939)	(1.853)	(4.792)
Saldo contábil	68.584	40.838	109.422
Custo	88.178	52.420	140.598
Amortização acumulada	(19.594)	(11.582)	(31.176)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>68.584</b>	<b>40.838</b>	<b>109.422</b>

**12. Financiamento**  
**Financiamento em moeda nacional**  
Projetos (FUNDES) (i)  
**Total**  
Passivo circulante 206.615 2.818  
Passivo não circulante 194.407 201.364  
**Total** 215.022 204.182  
(i) FUNDES - Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social  
A Companhia capitalizou encargos financeiros durante o período findo em 31 de dezembro de 2012, no montante de R\$ 5.253 (2011 - R\$ 3.203). A taxa média de encargos praticada no exercício foi de 6,00% a.a. (2011 - 6,00% a.a.). O montante do financiamento com vencimento a longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2012	2011
2013		16.780
2014		30.297
2015		28.766
2016		30.297
2017		30.297
2018		28.766
2019		30.297
2020		28.766
<b>Total</b>	<b>194.407</b>	<b>201.364</b>

**13. Instrumentos financeiros**

	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	Nota	Saldo contábil		Valor justo	
				2012	2011	2012	2011
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>			5				
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis			11.377	7.086	11.377	7.086
Aplicações financeiras no Brasil	Mantidos para negociação	Nível 2		1.410	160	1.410	160
Aplicações financeiras no exterior	Mantidos para negociação	Nível 2		32.688	11.071	32.688	11.071
<b>Total</b>				<b>45.475</b>	<b>18.317</b>	<b>45.475</b>	<b>18.317</b>
<b>Contas a receber de clientes</b>	Empréstimos e recebíveis		6	129.534	161.068	129.534	161.068
<b>Partes relacionadas</b>			8				
Ativos	Empréstimos e recebíveis			667.627	97.136	667.627	97.136
Passivos	Empréstimos e recebíveis			99.054	738.799	99.054	738.799
<b>Total</b>				<b>766.681</b>	<b>835.935</b>	<b>766.681</b>	<b>835.935</b>
<b>Fornecedores</b>	Outros passivos financeiros						
<b>Financiamentos</b>			12				
Moeda nacional	Outros passivos financeiros			215.022	204.182	215.022	204.182
<b>Total</b>				<b>215.022</b>	<b>204.182</b>	<b>215.022</b>	<b>204.182</b>

(a) **Valor justo:** O valor justo dos ativos e passivos financeiros é o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo: (i) ativos financeiros mantidos para negociação são valorizados de acordo com a hierarquia do valor justo (Nível 2), com *inputs* usados nos processos de mensuração obtidos de fontes que refletem os preços observáveis mais atuais de mercado. (ii) contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos. (iii) o valor justo de partes relacionadas é igual ao valor contábil. (iv) o valor justo dos financiamentos é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratual futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia em instrumentos financeiros similares. (b) **Hierarquia de valor justo:** A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial, que exigem a divulgação das mensurações pelo nível da seguinte hierarquia de valor justo: Nível 2 - valor justo obtido por modelos de fluxo de caixa descontado, quando o instrumento é uma compra ou venda a termo ou contrato de swap ou por modelos de avaliação de contratos de opções, tais como o modelo Black-Scholes, quando o derivativo possui características de opção. As premissas de avaliação (*inputs* dos modelos) são obtidas de fontes que refletem os preços observáveis mais atuais de mercado, particularmente as curvas de juros e de cotações futuras de moedas divulgadas pela Bolsa de Mercadorias e Futuros, as taxas de câmbio à vista, divulgadas pelo Banco Central do Brasil e as curvas internacionais de juros divulgadas por serviços de cotações largamente conhecidos, como *Bloomberg* ou *Reuters*.

**14. Tributos a recolher**

	2012	2011
IPI	5.017	3.734
Imposto de renda e contribuição social	2.653	2.439
ICMS	(a) 346	51.053
PIS e COFINS	5.764	
Outros	995	2.174
<b>Total</b>	<b>14.775</b>	<b>59.400</b>
Passivo circulante	14.775	59.396
Passivo não circulante		4
<b>Total</b>	<b>14.775</b>	<b>59.400</b>

(a) ICMS: Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de ICMS a pagar consolidado incluía o valor de R\$ 50.783, referentes ao ICMS devido na importação de equipamentos e peças destinados à construção do parque industrial da Riopol. Em 2012, a Companhia entrou com processo de consulta formal perante a Secretaria da Fazenda ("SEFAZ") - RJ, que dispensou a Riopol do pagamento desse imposto, que venceria em março de 2012. Dessa forma, foram baixados os valores a pagar e o correspondente crédito para aproveitamento fiscal.

**15. IR e CSL**  
**15.1 Reconciliação dos efeitos de IR e CSL no resultado**

	2012	2011
<b>Lucro antes do IR e CSL</b>	<b>301.883</b>	<b>76.167</b>
Resultado de IR e CSL à alíquota de 34%	(102.640)	(25.897)
<b>Ajustes permanentes nas bases de cálculo do IR e da CSL</b>		
Outras diferenças permanentes	36.722 (i)	16.149
<b>Efeito do IR e CSL no resultado</b>	<b>(65.918)</b>	<b>(9.748)</b>
<b>Composição do IR e da CSL:</b>		
IR e CSL - correntes	(367)	
<b>IR e CSL - correntes</b>	<b>(367)</b>	
IR e CSL - diferidos	(65.551)	(9.748)
<b>IR e CSL - diferidos</b>	<b>(65.551)</b>	<b>(9.748)</b>
<b>Total do IR e CSL no resultado</b>	<b>(65.918)</b>	<b>(9.748)</b>

(i) R\$ 37.400 refere-se à despesa de imposto de renda sobre juros sobre capital próprio.

**15.2 IR e CSL diferidos:**  
**(a) Composição e movimentação do IR e CSL diferidos**

	Em 31 de dezembro de 2011		Impacto no resultado/ Em 31 de dezembro de 2012		Em 31 de dezembro de 2012	
	de 2011	(despesa) receita	de 2011	de 2012	de 2012	de 2012
Prejuízos fiscais (IR) e base negativa (CSL)	164.672	1.314		165.986		
Provisões temporárias	15.378	2.423		17.801		
Baixa do diferido	70.813	(16.655)		54.158		
Depreciação fiscal	(35.568)	(52.633)		(88.201)		
<b>Total do IR e CSL diferidos</b>						

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

aos seus participantes, integrantes das empresas patrocinadoras, o plano optativo de contribuição definida, no qual é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria onde são acumuladas as contribuições mensais e esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possui 323 participantes no plano ODEPREV (2011 - 299). As contribuições realizadas pela Companhia, no exercício de 2011, totalizaram R\$ 1.145 (2011 - R\$ 566) e as dos participantes totalizaram R\$ 2.336 (2011 - R\$ 1.646).

**17. Contingências**

A Companhia tem ações de natureza tributária, cível e trabalhista, cujos riscos de perda foram avaliados como possíveis e para as quais não há provisão constituída. Em 31 de dezembro de 2012, os processos de natureza tributária e trabalhista totalizam R\$ 30.747 e R\$ 4.597, respectivamente (2011 - R\$ 39.132 e R\$ 12.829, respectivamente).

**18. Patrimônio líquido**

**18.1 Capital social:** Em 31 de dezembro de 2012, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 2.053.915, representado por 1.271.898.030 ações nominativas, sendo 1.271.897.730 ações ordinárias e 300 ações preferenciais sem valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto e gozam do direito de preferência no reembolso de capital no caso de liquidação. Em 29 de julho de 2011, a AGE da Riopol aprovou o aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 14.109, totalmente integralizado pela sua controladora, mediante capitalização de créditos de conta corrente, passando para R\$ 2.053.915, sem emissão de novas ações. Em 30 de abril de 2012, a AGO da Riopol aprovou o aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 738.799, sem a emissão de novas ações. Para essa capitalização foi utilizado saldo de adiantamentos para futuros aumentos de capital.

**18.2 Dividendos e juros sobre capital próprio:** O estatuto social prevê a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma do artigo 202 da Lei das S.A., sendo que para os exercícios sociais de 2012 e 2011 não houve proposta de distribuição de dividendos em virtude dos prejuízos acumulados registrados pela Companhia. Em 2012 a Administração da Companhia aprovou a constituição de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 110.000, que líquido de imposto de renda retido na fonte de R\$ 16.500, totaliza R\$ 93.500.

**19. Lucro por ação**

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do resultado do exercício ajustado, atribuível aos titulares de ações ordinárias e pre-

ferenciais pelo número médio ponderado dessas ações em poder dos acionistas. O número médio ponderado dessas ações é calculado a partir do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação no início do período, ajustado pelo número de ações readquiridas ou emitidas durante o período multiplicado por um fator ponderador de tempo. Como não houve emissão ou recompra de ações durante o exercício, o número médio ponderado de ações nos dois exercícios é de 1.271.898.030 ações nominativas. Conforme requerido pelo CPC 41, a tabela a seguir demonstra o resultado por ação básico e diluído bem como a média ponderada de ações.

	2012		2011	
	Básico	Diluído	Básico	Diluído
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	235.965	235.965	66.419	66.419
Média ponderada das ações ordinárias e preferenciais	1.271.898	1.271.898	1.271.898	1.271.898
Lucro por ação em circulação (em R\$)	0,1855	0,1855	0,0522	0,0522
<b>20. Receita líquida de vendas</b>				
		<b>2012</b>		<b>2011</b>
<b>Receita bruta de vendas</b>				
no Brasil		2.138.552		1.634.050
no exterior		245.068		241.764
		2.383.620		1.875.814
<b>Deduções de vendas</b>				
Tributos, devoluções de vendas e outros		(431.590)		(367.197)
		(431.590)		(367.197)
<b>Receita líquida de vendas</b>		<b>1.952.030</b>		<b>1.508.617</b>
<b>21. Resultado financeiro</b>				
		<b>2012</b>		<b>2011</b>
<b>Receitas financeiras</b>				
Receitas de juros de aplicações financeiras mantidas para negociação		1.250		1.517
Variações monetárias e cambiais		2.591		8.027
Outras		877		623
		4.718		10.167

**Despesas financeiras**

Despesas com juros	(15.669)	(12.379)
Variações monetárias e cambiais	(2.560)	(4.890)
Despesas bancárias	(33)	(64)
Outras	(35.714)	(11.557)
	(53.976)	(28.890)
<b>Total</b>	<b>(49.258)</b>	<b>(18.723)</b>

**Total****22. Outras despesas operacionais**

No exercício findo em dezembro de 2012 essa rubrica inclui perda na movimentação de matéria-prima e ajustes negativos de inventário, no montante de R\$ 7.329.

**23. Despesas por natureza**

A Companhia optou por apresentar na demonstração do resultado suas despesas por função. Conforme requerido pelo CPC 26, está apresentado, a seguir, o detalhamento das despesas por natureza:

	2012	2011
<b>Classificadas por natureza:</b>		
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(1.165.969)	(1.001.863)
Despesas com pessoal	(70.719)	(60.448)
Serviços de terceiros	(123.585)	(107.575)
Despesas tributárias	(27)	(19.416)
Depreciação, amortização e exaustão	(142.825)	(133.453)
Fretes	(73.652)	(63.229)
Outras despesas	(8.282)	(23.351)
<b>Total</b>	<b>(1.585.059)</b>	<b>(1.409.335)</b>
<b>Classificadas por função:</b>		
Custo dos produtos vendidos	(1.448.165)	(1.274.885)
Com vendas	(104.210)	(84.073)
Gerais e administrativas	(32.684)	(50.377)
<b>Total</b>	<b>(1.585.059)</b>	<b>(1.409.335)</b>

**24. Cobertura de seguros**

Os ativos da Companhia estão incorporados ao programa de gerenciamento de riscos e seguros de sua controladora Braskem. As apólices "All Risks" da Braskem incluem todos os ativos no Brasil e no exterior. Essas apólices possuem Limites Máximos de Indenização (LMI) estabelecidos com base nos valores para Perda Máxima Possível, considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza da atividade da Companhia e a orientação de seus consultores de seguros.

**DIRETORIA**

Henrique Leopoldo Schulz

Isabel Bernardo Dias de Figueiredo

Rui Chammas

Ricardo Cubeiro - CRC 1SP144999/O-1 "S" RJ

**CONTADOR****RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS**

Aos Administradores e Acionistas

**Rio Polímeros S.A.**

Examinamos as demonstrações financeiras da Rio Polímeros S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas

requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Polímeros S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Salvador, 14 de março de 2013



**PricewaterhouseCoopers**  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

**Fábio Cajazeira Mendes**  
Contador CRC 1SP196825/O-0 "S" RJ